

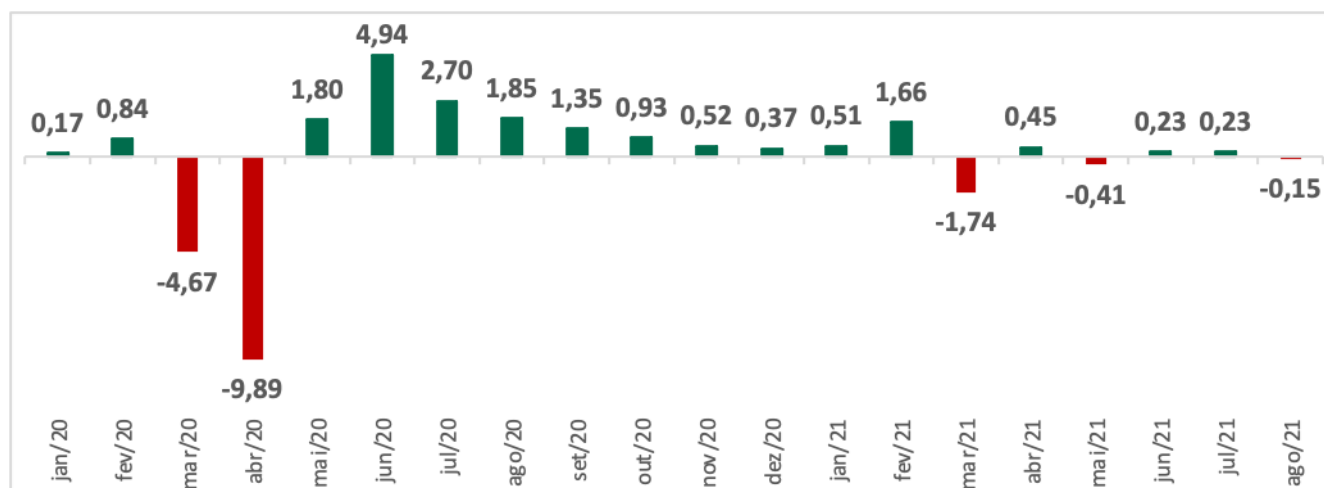
MERCADO AGROPECUÁRIO

1. IBC-Br interrompe a sequência de dois meses de crescimento e cai 0,15% em agosto frente a julho.
2. Plantio de soja e milho verão avança no Brasil. *La Niña* é confirmado e ocorre pelo segundo ano consecutivo.
3. Intensidade de chuvas atrapalha a evolução da colheita no RS.
4. Oscilações climáticas influenciam oferta e preços nas Ceasas.
5. Preços do açúcar e do etanol continuam em alta e as perspectivas são boas para os produtores.
6. Leilão GDT: alta generalizada nos derivados lácteos internacionais.
7. COE da pecuária leiteira acumula alta de 16% em 2021.
8. Acumulado de 2021 indica aumento de 17% nos custos da cria e de 16% na recria/engorda.
9. Alta generalizada nos custos de produção de aves e suínos.
10. Com 48 dias de fechamento do mercado chinês, Ministério da Agricultura solicita suspensão da produção ao mercado asiático e reflexos surgem no mercado interno.

- Indicadores Econômicos -

Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) – Considerado sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), IBC-Br registra queda e piora as expectativas de mercado – O IBC-Br apresentou queda de 0,15% em agosto na comparação com julho, na avaliação com dados dessazonalizados. Na comparação com agosto de 2020, houve crescimento de 4,74% (sem ajuste sazonal, dado que a comparação é entre meses iguais). No ano, foi registrada alta de 6,41%. Em 12 meses encerrados em agosto, o indicador ficou em 3,99%. O índice, considerado uma prévia do PIB, é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o Banco Central a tomar decisões sobre a taxa básica de juros (Selic). O IBC-Br incorpora informações sobre o nível de atividade da agropecuária, da indústria, do comércio e dos serviços, além dos impostos sobre a produção.

IBC-Br – Variação mensal (%)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: DTEC/CNA.

- Mercado Agrícola -

Grãos – Plantio de soja e milho 1ª safra avança. La Niña ocorre pelo segundo ano consecutivo. O bom volume de chuvas em grande parte das regiões produtoras de soja e milho tem criado condições favoráveis para o avanço do plantio e proporcionado bom desenvolvimento das lavouras já implantadas na safra 21/22. No Mato Grosso, [segundo o boletim do Imea](#), o plantio da soja está acelerado e já atinge praticamente metade da área destinada para a cultura, o que tem dado maior alívio ao produtor que sofreu com o atraso de chuvas em 2020. No ano passado, apenas 6% da área estava semeada. No Paraná, as fortes chuvas recentes chegaram a limitar as atividades de campo, no entanto, o [Serviço de Informação Diária do Deral](#) informou que as áreas plantadas com soja tem apresentado boa germinação e com o tempo “mais firme”, os trabalhos estão tendo um avanço significativo nos últimos dias. Em relação ao milho verão, [a Conab divulgou](#) que cerca de 32% das lavouras já foram semeadas no Brasil. Sobre o clima para esta safra, a Administração Nacional de Oceanos e Atmosfera (NOAA) anunciou oficialmente a volta do evento climático *La Niña* pelo segundo ano consecutivo. O fenômeno é de intensidade moderada e poderá trazer chuvas acima da média para a região central do Brasil e volumes inferiores à média para a região Sul do País. É preciso acompanhar e aguardar a evolução do clima nos próximos meses. Por enquanto, as perspectivas são boas.

Trigo – Grande volume de chuvas atrapalha a evolução da colheita no RS. Os trabalhos de campo no Paraná estão adiantados e mais da metade da área destinada para a cultura já foi colhida. Já no Rio Grande do Sul, os grandes volumes de precipitações prejudicaram o avanço da colheita na última semana. Houve relatos que as chuvas e ventos fortes provocaram acamamento das lavouras em algumas regiões. As condições climáticas devem melhorar esta semana e a expectativa é que os produtores aproveitem o tempo mais seco para acelerar as atividades. Há otimismo por parte dos produtores em relação à safra 21/22. Segundo o último [boletim divulgado pelo USDA](#), a produção brasileira deverá alcançar 7,9 milhões de toneladas, 26,4% acima da safra 2020/21. Já a Conab tem um cenário mais positivo. São esperadas 8,1 milhões de toneladas na safra 21/22, avanço de 31,4% em relação à safra passada, de acordo com informações do [primeiro levantamento da safra 21/22](#). Os

preços seguem operando em patamares elevados. No mercado doméstico, o indicador Cepea/Esalq do trigo no Rio Grande do Sul registrou R\$ 1.576/t durante a semana.

Frutas e Hortaliças – Oscilações climáticas influenciam oferta e preços nas Ceasas. A Conab divulgou nesta terça-feira (19), o [Boletim Hortigranjeiro](#). O documento traz uma análise comparativa de volumes ofertados e preços para as principais frutas e hortaliças comercializadas nas centrais e abastecimento em análise. O mês de setembro foi marcado pela elevação nas temperaturas e estiagem em grande parte do País. Fatores climáticos estes que influenciaram na produção e qualidade dos produtos hortigranjeiros. Para a cenoura, a qualidade das raízes foi inferior ao demandado, fato explicado em parte pela ausência de chuvas na região de São Gotardo (MG) e Divinolândia (SP), principais regiões produtoras para o período. A oferta também apresentou queda de 6% nos mercados atacadistas. Como resultado houve elevação dos preços (3,73%) nas centrais avaliadas. Outro destaque se faz para o aumento nos preços de tomate (19,8%). Entre as frutas analisadas vale ressaltar as oscilações para a melancia. Houve incremento no preço (+2,44%). Já em relação à oferta, houve incremento na maioria das centrais, justificada em parte pela boa produção em Tocantins, Bahia e Goiás. Para as próximas semanas é esperada também a intensificação da colheita em regiões produtoras do oeste paulista.

Cana-de-açúcar – Preços do açúcar e do etanol continuam em alta e as perspectivas são boas para os produtores. [De acordo com dados do Cepea/Esalq, o indicador São Paulo do açúcar cristal](#) sofreu novas oscilações de preços nos últimos dias, fechando a média da semana em R\$ 147,92 por saca de 50 kg, e no acumulado do mês em R\$ 146,02/sc, valor 60,26% acima do mesmo período de 2020. [Segundo projeções do Pecege](#), o produto comercializado no mercado interno deve encerrar a atual safra com valorização média de 44% comparada à safra passada. O valor pago pelo quilograma do ATR (Açúcares Totais Recuperáveis) deve se manter acima de R\$ 1,20 e atingir média próxima de R\$ 1,17/kg no fechamento da safra, correspondendo a incremento de 50% em relação à safra anterior. Para a próxima safra estima-se manutenção dos patamares elevados de remuneração do ATR, com preço acumulado de cerca de R\$ 1,22/kg. [Já o etanol tem apresentado crescimentos progressivos de preços](#) nas últimas semanas, sendo que o hidratado acumulou média de R\$ 3,35/L até a primeira metade de outubro, valor 74,28% acima do acumulado no mesmo período de 2020. Já o anidro acumula média de R\$ 3,86/L na primeira quinzena do mês, incremento de 72,82% frente a 2020. Em relação ao mercado de CBios, a quantidade disponível no mercado será suficiente para bater a meta de 2021 de 25 milhões de créditos, mas até o momento apenas 6 milhões foram aposentados (24%). O preço médio dos CBios comercializados ao longo do ano gira em torno de R\$ 43,55 até o momento. A meta para 2022 (35,92 milhões de créditos) é 44% maior que a atual.

- Mercado Pecuário -

Leite – Leilão GDT: alta generalizada nos derivados lácteos internacionais. No evento número 294, da plataforma internacional, foram pontuados aumentos expressivos para todos os derivados lácteos. Com a comercialização de 27,8 mil toneladas de derivados, lactose e manteiga apresentaram expressivas altas de 6% e 5%, respectivamente. As cotações para o queijo cheddar foram acrescidas em 3%, enquanto gordura anidra e o leite em pó desnatado apresentaram inflação de 2,5%. Para o leite em pó integral a alta foi menos expressiva, de 1,5%, sendo cotado à US\$ 3.806/tonelada. Dessa forma, os valores médios dos derivados internacionais ponderados pela participação no mix fecharam em US\$ 4.061, consolidando o quarto evento consecutivo com movimento de alta.

Leite – COE da pecuária leiteira acumula alta de 16% em 2021. O acompanhamento sistemático de custos de produção no âmbito do Projeto Campo Futuro indica que a alta nos desembolsos da

pecuária leiteira foi principalmente puxada pelos grupos de adubos e corretivos (48%), suplementação mineral (25%) e concentrados (15%). As elevadas cotações dos grãos no mercado internacional estimulando a demanda, associadas ao encarecimento exponencial dos fretes, vêm pressionando os custos com os fertilizantes dentro da porteira. As dificuldades logísticas mundiais somadas à crise energética na China afetando a produção industrial prejudica sobremaneira a disponibilidade dos insumos, e traz preocupações para as margens próxima safra. A disponibilidade de matérias-primas para a suplementação mineral seguiu a mesma tendência de restrição na oferta, puxando para cima as cotações. Pela ótica dos concentrados, os preços recordes dos grãos prejudicaram a relação de troca do pecuarista em 2021, mas a iminência da semeadura de verão trouxe arrefecimento de 6,3% nas cotações do milho.

Pecuária de Corte – Acumulado de 2021 indica aumento de 17% nos custos da cria e de 16% na recria/engorda. O crescimento substancial nas cotações de suplementos minerais, combustíveis e adubos e corretivos trouxeram impactos significativos também na pecuária de cria, que apresentou inflação três vezes maior em 2021 do que em igual período do ano passado. O acumulado do ano é de 17%, enquanto em setembro foi de 1,5%. Já para a recria/engorda, o arrefecimento nas cotações da reposição culminou em redução de 1,1% nos desembolsos dos pecuaristas em setembro. O acumulado do ano é de 16%, metade do verificado em 2020, quando a reposição atingiu recordes reais de preços.

Aves e Suínos – Alta generalizada nos custos de produção de aves e suínos. Na avicultura de corte, o sistema de pressão negativa acumula alta de 5,5% nos desembolsos de janeiro a setembro de 2021. No sistema de pressão positiva, o aumento acumulado é de 5,7%. Artigos para limpeza e desinfecção das instalações representam os insumos com as maiores variações positivas, de 43,69%. Na produção de ovos, o incremento de custos em 2021 está em 21,2%, com os itens mais relevantes sendo a ração e os combustíveis, com altas de 28,5% e 27,8%, respectivamente. O cenário da suinocultura encontra-se igualmente desafiador. As unidades produtoras de desmamados tiveram alta acumulada de custos na ordem de 5,3% em 2021, especialmente pelo avanço de 87% dos gastos com manejo de dejetos. Os produtores de leitões tiveram desembolsos 6% maiores neste ano, igualmente afetados pelo manejo de dejetos. As unidades de terminação tiveram alta de 4,1% no COE neste ano, sendo mais impactados pelo avanço nos preços dos combustíveis. Por fim, os produtores de ciclo completo precisaram arcar com custos 28,2% superiores a janeiro, em setembro, alavancados pelos custos com ração e vestimentas de proteção, ambas com ampliação de 39% nos custos.

Mercado do Boi – Com 48 dias de fechamento do mercado chinês, Ministério da Agricultura solicita suspensão da produção ao mercado asiático e reflexos surgem no mercado interno. A pedido do setor produtivo, no dia 19, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) determinou, por meio de ofício-circular, que os estabelecimentos habilitados a exportar carne e produtos bovinos para China suspendam quaisquer novas produções destinadas ao mercado chinês e autorizou que produtos bovinos certificados antes do dia 4 de setembro sejam estocados em containers frigoríficos por até 60 dias. A medida foi tomada após mais de 45 dias sem que as autoridades sanitárias chinesas autorizassem a retomada das compras da carne bovina brasileira, suspensas desde 4 de setembro em cumprimento ao acordo comercial Brasil-China em consequência da ocorrência de dois casos atípicos de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) no País. Desde então, a arroba do boi no mercado interno acumula queda de 17% (dados até 20/10), uma vez que importantes frigoríficos optaram por reduzir os abates. O momento é tenso para os produtores que arcaram com altos custos no decorrer do confinamento e que já deveriam estar vendendo os animais aos frigoríficos. Em um movimento atípico, estão retornando os animais ao pasto para diminuir os prejuízos causados pelo fechamento do mercado chinês. Há ainda o impasse dos produtos embarcados para a China que não estão sendo

avaliados pelo controle alfandegário. Não está determinado se os produtos certificados ou embarcados antes do dia 4 de setembro serão recebidos pelo país, devolvidos ao Brasil ou entrarão por outros países.

CONGRESSO NACIONAL

1. CNA participa de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.334/2020, que estabelece teto nacional para os emolumentos nos registros de garantia associadas às operações de crédito.
2. Senado aprova projeto que antecipa o fim do desmatamento ilegal no País até 2025.
3. CNA participou de audiência pública realizada pela CAPADR para discutir a possibilidade de faltar defensivos agrícolas para a próxima safra.

Cartórios – CNA participa de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.334/2020. No dia 20, a [CNA defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 4.334/2020](#), de autoria do deputado federal José Mário Schreiner (DEM-GO), que estabelece um teto para registro de garantias nas operações de crédito rural, durante a audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. O PL também prevê a redução das disparidades de valores cobrados entre os estados, a exigência de que os valores correspondam ao efetivo serviço prestado e a intensificação das providências para a estruturação do registro eletrônico nacional e unificado. O requerimento de audiência pública foi feito pelo deputado federal Kim Kataguirí (DEM-SP) e o relator do PL na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara é o deputado federal Zé Silva (Solidariedade -MG). A CNA mostrou que existe uma cobrança de emolumentos desproporcional aos serviços prestados pelos cartórios, o que causa grande disparidade de valores nos estados e o aumento nos custos de financiamento da produção agrícola em até 1,5 ponto percentual. Por isso, a aprovação do PL é essencial e urgente. É preciso mudar o paradigma do usuário e prestador de serviço cartorário no Brasil, adequado à nova realidade das cadeias produtivas.

Redução do desmatamento ilegal – No dia 20, o Senado Federal aprovou o [PL nº 1.539/2021](#), que determina que o Governo Federal detalhe as ações para alcançar o fim do desmatamento ilegal no País até 2025, não mais 2030 conforme previsto anteriormente. O projeto altera a Política Nacional sobre Mudança do Clima ([Lei 12.187/2009](#)), e estabelece nova meta de compromisso nacional voluntário e seu depósito junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. O Brasil adotará como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir em 43% as emissões até 2025, e em 50% até 2030, para alcançar os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). A medida antecipa em cinco anos o compromisso assumido pelo Governo junto à comunidade internacional. O PL agora segue para a Câmara dos Deputados.

Audiência Pública - A CNA participou de audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR) nesta sexta-feira (22) para discutir a possibilidade de faltar defensivos agrícolas para a próxima safra. O cenário é preocupante, decorre do efeito colateral da crise de energia e gás no mundo e não da falta de matéria-prima para produzi-los. É uma dificuldade que, no curto prazo, precisa ser administrada.

INFORME SETORIAL

1. MP 1064/2021, que trata do Programa de Venda de Milho em Balcão, tem vigência prorrogada e Portaria Interministerial Mapa/ME estabelece volume de compra de milho no Programa.
2. Grupo de Trabalho organizado pelo Ipa debate anteprojeto de Lei de Reforma das Garantias Reais.
3. Sancionada a Lei nº 14.227/2021 (MPV nº 1052/2021), que muda as regras de administração e remuneração dos Bancos Administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento e autoriza a União a participar do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).
4. Conselho Monetário Nacional aprova condições da linha de recuperação de cafezais danificados do Funcafé.
5. CNA realiza live com o tema “O que fazer após os danos por geadas e granizo no cafezal?”.
6. Setor citrícola debate desafios fitossanitários e estratégias de gestão.
7. Portaria institui Grupo de Trabalho para o Programa Nacional de Controle de Ferrugem Asiática.
8. CNPE confirma que novo modelo de comercialização de biodiesel entrará em vigor em janeiro de 2022.
9. Ministério da Agricultura coloca em consulta pública RTIQs do hambúrguer e do presunto.
10. Mapa promove live sobre registro de queijarias no Serviço de Inspeção Federal.
11. Instaurada Comissão de Pagamento para indenização de demarcação de terra indígena na Bahia.
12. Reunião com presidentes de sindicatos e produtores rurais de Mato Grosso sobre projeto de Lei 490/2007 que trata da demarcação de terras indígenas.
13. Oficina para definir a estratégia de acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai.
14. Segunda etapa do Perímetro Irrigado do Baixio de Irecê tem edital publicado.
15. CNA participa de live promovida pelo Broadcast Agro Estadão sobre a participação do setor na COP-26.
16. Presidente da CNA recebe embaixador do Reino Unido para tratar das propostas do agro na COP26.

Venda de Milho em Balcão – [Medida Provisória 1.064/2021](#) tem vigência prorrogada e [Portaria Mapa/ME](#) estabelece o volume de compra de milho no Programa de Venda de Milho em Balcão. No dia 18, foi publicado o [ato do senador Rodrigo Pacheco](#) (DEM-MG) que prorroga a vigência da MP 1.064 por mais 60 dias. No mesmo dia foi publicada a [Portaria Interministerial Mapa/ME nº 20](#), que estabelece o volume de compra de milho para execução do Programa em até 110 mil toneladas, e autoriza o limite de R\$ 80 milhões para a equalização de preços na venda do milho no âmbito do Programa.

Garantias Reais – [Grupo de Trabalho organizado pelo Ipa debate anteprojeto de Lei de Reforma das Garantias Reais](#). No dia 21, as entidades representativas que compõe o Instituto Pensar Agro (Ipa) se reuniram para discutir as questões sensíveis ao setor agropecuário previstas no anteprojeto de lei objeto da [Consulta Pública 3/2021](#), da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia. O GT tem o objetivo de consolidar um documento com os impactos potenciais sobre o agronegócio caso o projeto seja apresentado.

Sancionada a Lei 14.227/2021 – [O texto sancionado com vetos vai ao encontro do posicionamento defendido pela CNA](#). A Lei 14.227/2021, sancionada no dia 21, altera as regras de administração e remuneração dos Bancos Operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNO e FNE) e autoriza a União a

participar do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), além de permitir a utilização do FGIE para o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas. A lei é resultado da [MPV nº 1052/2021](#) e sofreu alterações ao longo da tramitação no Congresso Nacional. Entre as modificações, estão a modulação da taxa de administração e del credere; e o repasse de 10% dos recursos do FNO pelo Basa às cooperativas de crédito, pleitos defendidos pela CNA. Ambos foram mantidos no texto sancionado. A CNA avaliou os vetos decididos pelo Planalto e os considera positivos e convergentes com o interesse do setor produtivo.

Café – Conselho Monetário Nacional aprova condições da linha de recuperação de cafezais danificados do Funcafé, que contará com R\$ 1,3 bilhão. A [Resolução CMN 4.954/2021](#) atende demanda da CNA e vai permitir aos produtores tomarem até R\$ 25 mil por hectare para recuperar cafezais danificados a depender do nível de dano. Terão acesso ao crédito os produtores que tiveram, no mínimo, 10% da área afetada. Os produtores deverão cumprir, ainda, o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), bem como apresentar laudo técnico emitido por engenheiro agrônomo acreditado pelo agente financeiro ou por Empresa Estadual de Assistência Técnica (Emater), indicando a área prejudicada, a intensidade das perdas e a forma de recuperação da capacidade produtiva dos cafezais. A formalização da solicitação do crédito deve ser efetuada até 10 meses após o evento e a linha contará com taxa de juros de 7% ao ano. Os prazos, carência e limite por hectare estão disponíveis na tabela abaixo de acordo com a modalidade de poda a ser executada na área.

Modalidade de poda	Prazo de pagamento	Carência	Limite por beneficiário	Limite por hectare
Decote	2 anos	Até 1 ano	R\$ 300 mil	R\$ 6 mil
Esqueletamento	3 anos	Até 2 anos	R\$ 750 mil	R\$ 15 mil
Recepa	6 anos	Até 3 anos	R\$ 750 mil	R\$18 mil
Arranquio	8 anos	Até 3 anos	R\$ 750 mil	R\$ 25 mil

Café - Live “O que fazer após os danos por geadas e granizo no cafezal?” – O evento, promovido pela CNA, aconteceu no dia 20. Além das linhas de crédito disponíveis, o debate abordou informações relevantes sobre manejo agrônomo das lavouras de café afetadas por estes eventos climáticos e abordou a relevância do seguro rural para a cultura. O Programa de Subvenção ao Seguro Rural do Governo Federal, o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) e produtos de seguro, que poderão auxiliar o produtor rural na mitigação desses riscos foram temas abordados. Participaram da discussão representante da CNA, Fundação Procafé, do Mapa e da Mapfre Seguros.

Citros – Setor citrícola debate desafios fitossanitários e estratégias de gestão. Representantes do setor citrícola se reuniram nesta quinta feira (21), na 64ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura do Mapa. Em reunião foram apresentados temas estruturais para o setor produtivo e estratégias de mercado. Com intuito de promover a sustentabilidade, o mercado internacional vem desenvolvendo ferramentas de gestão e leis que permitem, entre outros pontos, a classificação e rotulagem de produtos com base em seu grau de sustentabilidade. A ação, se bem conduzida, pode trazer avanços à cadeia mundial. Porém, a depender da metodologia de classificação e indicadores utilizados, a interpretação pode imprimir uma ideia indevida à produção nacional. O debate também tratou de desafios fitossanitários enfrentados pelo setor produtivo, o avanço e as dificuldades encontradas para o controle do *greening* no cinturão citrícola de São Paulo e a ocorrência de cancro cítrico, verrugose e CVC em lima ácida tahiti, assim como as restrições impostas em decorrência à ocorrência dessas doenças.

Soja – Portaria institui Grupo de Trabalho para o Programa Nacional de Controle de Ferrugem Asiática [Portaria SDA nº 418, de 13 de outubro de 2021](#), publicada no dia 18 de outubro de 2021, institui um Grupo de Trabalho (GT) que irá subsidiar o Programa Nacional de Controle de Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS). O objetivo do programa é fortalecer o sistema de produção da soja, unindo ações estratégicas de defesa sanitária vegetal com suporte da pesquisa agrícola e da assistência técnica na prevenção e controle da doença. A Portaria determina os integrantes convidados a compor o GT, assim como a vigência do grupo, que será por dois anos, contados a partir da data de publicação da Portaria, prorrogável por igual período. Por meio de convite do Mapa, previsto na Portaria, a CNA irá compor o grupo.

Biodiesel – CNPE confirma que novo modelo de comercialização de biodiesel entrará em vigor em janeiro de 2022. O Conselho Nacional de Política Energética, do Ministério de Minas e Energia (MME), confirmou na última quarta-feira (20), que a partir de janeiro de 2022, a comercialização de biodiesel se dará não mais por leilões públicos. A mudança, agora ratificada, havia sido aprovada na [Resolução nº 14 de 9 de dezembro de 2020](#) que estabelece que todo biodiesel necessário para atendimento ao percentual obrigatório de mistura ao diesel, será contratado mediante modelo de comercialização mais direta entre produtores de biodiesel e distribuidores, com menor intervenção estatal. No dia 8/10, a CNA participou de audiência pública da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), solicitando a prorrogação do prazo do fim dos leilões para se estruturar um modelo melhor pensando em questões regulatórias e tributárias ainda não definidas, como a aplicação do ICMS aos produtores no novo sistema, além de transparência. Com as novas regras, fica autorizada a utilização de matéria-prima importada para a produção de biodiesel. A ANP ainda analisa as contribuições dos agentes do mercado feitas durante a audiência pública para divulgar a regulamentação do novo mercado até o fim de 2021.

Carnes – Ministério da Agricultura coloca em consulta pública RTIQs do hambúrguer e do presunto. Na última quarta-feira (20), a Secretaria de Defesa Agropecuária publicou a Portaria nº 420, que coloca em consulta pública a minuta de Portaria que visa estabelecer o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do hambúrguer. Já a portaria nº 430, publicada na data anterior, almeja definir os mesmos requisitos para o presunto cozido, presunto cozido superior, presunto cozido tenro e presunto cozido de aves. Ambas as consultas têm prazo de vigência de 60 dias e as contribuições poderão ser enviadas através do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos (Sisman), no endereço <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/SISMAN.html>.

Leite – Mapa promove live sobre registro de queijarias no Serviço de Inspeção Federal. Para dirimir dúvidas e orientar o setor quanto à migração das queijarias para o mais alto nível de Inspeção Oficial, o Mapa realizou uma live na terça (19). Foram abordados os diferentes níveis de inspeção e sua correlação com o Selo Arte. Enquanto o Serviço de Inspeção Municipal, Estadual ou Federal está relacionado ao estabelecimento que manipula os produtos, o Selo Arte certifica o produto em si, podendo ser elaborado em estabelecimentos com qualquer nível de inspeção e ter sua comercialização realizada em todo o Brasil. Para favorecer a migração para Serviço de Inspeção Federal, profissionais do Mapa apresentaram um passo a passo para o processo de registro dos estabelecimentos, abordando os formulários, prazos, os processos fiscalizatórios e dirimindo dúvidas dos participantes.

Pagamento de indenização para produtores rurais – Por meio da [Portaria nº 400/2021](#), a Funai constituiu uma Comissão de Pagamento (CP) para dar continuidade aos procedimentos administrativos indenizatórios pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé instaladas por ocupantes não índios na Terra Indígena (TI) Caramuru/Paraguassu, localizada nos municípios de Itaju do Colônia, Pau Brasil e Camacan (BA). A CNA realizou audiência pública com a Funai, no dia 29 de setembro, com o objetivo de dar celeridade aos processos indenizatórios para os produtores que aguardam há anos pelo benefício. Os técnicos da Funai já iniciaram o atendimento aos beneficiários essa semana e marcaram reunião com os sindicatos rurais da região para instrução quanto à documentação correta a ser entregue ao órgão federal.

Demarcação de Terras Indígenas – A reunião sobre o PL 490/2007 foi realizada na sede da CNA e contou com a presença de sindicatos rurais e produtores de Mato Grosso (MT). Foi discutida a tramitação e as perspectivas de votação do PL 490/2007, que trata da demarcação de terras indígenas, alterando a Lei 6.001/1973 (Estatuto do Índio). O projeto é prioritário para a CNA e já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – A oficina realizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem como objetivo definir a estratégia de acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH). A Região Hidrográfica Paraguai ocupa 4,3% do território brasileiro, abrangendo parte dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O PRH foi aprovado por meio da Resolução CNRH nº 196/2018, que apontou 17 Programas e 70 ações que requerem uma articulação eficiente e contínua entre os órgãos gestores ao longo do horizonte de implementação deste Plano (2018-2031). Em 2019, com a publicação do Decreto nº 9.759/2019, alguns colegiados foram extintos, a exemplo do GAP, o que levou à criação do GT do Paraguai no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação do CNRH (CTPA/CNRH), nos moldes previstos no Decreto nº 10.000/2019. Isto limitou a quantidade de membros para 10 participantes e o tempo de atuação para um ano. Considerando esse contexto, o objetivo desta oficina é definir estratégia de acompanhamento da implementação do PRH-Paraguai e de revisão do Plano de Ações.

Perímetro Irrigado do Baixio do Irecê – MDR, em parceria com a Codevasf, lançou edital para concessão do Perímetro Irrigado do Baixio do Irecê e do Canal do Sertão. A primeira etapa vai beneficiar 1,2 milhão de pessoas em 44 cidades do interior da Bahia. Já a segunda será o maior projeto de irrigação da América Latina, e teve seu edital publicado nessa quarta (22). Com a publicação do edital, o leilão deve ocorrer em fevereiro de 2022. A previsão de investimentos é de R\$ 1,1 bilhão, ao longo dos 35 anos do contrato, e o critério utilizado para o leilão será o de maior outorga, ou seja, a concessionária que der o maior lance será a vencedora. Essa segunda etapa contempla 50 mil hectares dos quais tem irrigação prevista em, aproximadamente, 32 mil hectares.

Preparativos para a COP26 – No dia 21, a CNA participou de uma live com a Agência Broadcast sobre as pautas do agronegócio para COP-26 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), que ocorrerá de 31/10 a 12/11 em Glasgow (Escócia). O coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias, e o diretor da Agroicone, Rodrigo Lima, debateram sobre o papel da produção agropecuária sustentável brasileira, e como apresentá-la na conferência. Relataram as ações do Governo Federal, como o Programa ABC+ e o compromisso com a eliminação do desmatamento ilegal até 2030, com redução de cerca de 50% de das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Além disso, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) brasileiras, diferentemente de outros países, envolvem todos os setores da economia e são uma das mais ambiciosas entre os países. Segue o link da live: <https://www.youtube.com/watch?v=jCOpAmhJXno>

Negociações da COP em curso – No dia 19, o presidente da CNA recebeu o embaixador do Reino Unido, Peter Wilson, para tratar da agenda comum a ser discutida durante a COP-26. O embaixador apontou a importância do setor agropecuário na agenda do clima, ressaltando o papel da CNA junto ao Governo Federal e solicitou atenção especial à agenda climática nas questões sobre as ambições das metas do Brasil, o combate ao desmatamento e o mercado de carbono. Ressaltou que o Reino Unido é mercado consumidor dos produtos brasileiros e que a sustentabilidade da produção é importante aos consumidores de seu país. A CNA, através de seu presidente, ressaltou que a proposta do Brasil frente ao Acordo de Paris é uma das mais ambiciosas do mundo e que o mercado de carbono precisa ser compatível com a necessidade de implementação conjunta, o que torna o alcance das metas mais barato, fácil e rápido. João Martins também pontuou que o desmatamento ilegal no Brasil precisa ser combatido com a ajuda de todos os países e financiamento

necessário ao desenvolvimento sustentável da região.

AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

25/10 – Reunião da Comissão Nacional de Irrigação

26/10 – Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados do Mapa

26/10 – Conseleites PR e RS

28/10 – Seminário Campo Futuro – **Não percam!**

28/10 – Conseleite SC